



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok.
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 14/19

Aos vinte e dois dias do julho do ano de dois mil e dezenove, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h55min, em segunda chamada se dá início da reunião extraordinária do CMS de Canoas. A reunião desta data contará com a seguinte pauta: Apresentação e análise do Relatório de Gestão do 1º Quadrimestre de 2019, Informações da Mesa Diretora e Assuntos Gerais. O Presidente cumprimenta os presentes e diz que saímos a pouco tempo de uma conferência de saúde espetacular. Este ano sob a organização do enfermeiro Eloir e a quatro anos atrás pela Gerci Rodrigues A FIOCRUZ por causa de seus sucessos, destacou a Cidade de Canoas como uma das cinco cidades com as melhores conferências de saúde. Somos bicampeões e por isso o diretor Eloir está indo para Brasília para mostrar nosso trabalho. Como na última reunião não foi realizada a leitura da ata, o Presidente Mário pede que o secretário da Mesa, Eduardo, leia a ata doze do dia vinte e quatro de junho. Feita a leitura foi aprovada por quinze votos favoráveis e nenhuma abstenção ou voto contrário. Enquanto o CM Eduardo se organizava para ler a ata da reunião anterior, o Presidente Mário informa que o Sr. João Torrely está hospitalizado com problemas respiratórios. O Presidente lê os ofícios da OAB e do HPSC indicando seus representantes. O Presidente Mário diz que a representação das Pessoas com deficiência ficou muito tempo inativa no CMS e sugere que a o CONDIPE continue como titular e o Pestalozzi fique como suplente. A Sra. Kelly, presidente do CONDIPE refuta as colocações de que não estavam presentes. O CM Mário responde que só continuaram com a cadeira devido a complacência dos conselheiros, pois estavam há dois anos sem comparecimento. O CM Eduardo fala que a opção é que o CONDIPE escolha um de seus indicados. A Sra. Kelly reclama e diz que isto gerará incômodos e o Presidente diz que não nos envolvemos em problemas internos. Colocado em votação, ficou decidido que o CONDIPE indicará um representante titular até a próxima reunião e o Pestalozzi ficará como suplente e a Sra. Kelly rechaça e pergunta o que acontecerá se não for feita a escolha, devido ao tempo curto. O CM Eduardo reafirma o prazo e o Presidente diz que senão for indicado, a Sra. Maria da Graça Pinheiro Lima ficará como titular. O CM Mário diz que votar é apenas consequência e que nossa atuação é que nos faz o melhor CMS do estado. O Presidente diz que estaremos enviando para a FMS, ofício de nomeação de conselheiros para o Conselho Curador, citando o CM Mauro Guedes como um dos membros titulares. Aprovado por catorze votos favoráveis. O Presidente Mário solicita ao CM Eduardo que leia a ata treze de oito de julho corrente. A CM Maria Helena pergunta o porquê não foi contratada a empresa que substituirá o Graças nas UBSs e UPAs? A ACS Reginara diz que elas ficarão nas portarias. O Presidente recebe cópia do Pregão Eletrônico de contratação do pessoal de portaria e higienização e do chamamento público para atendimento na UPA Boqueirão. O Presidente pergunta a Plenária se alguém tem alguma restrição a ata e coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade. O CM Luiz Ferreira relata que esta semana fizeram treinamento com as ACS, na recepção, mas consideraram muito curto seu desenvolvimento. Foram uma ou duas horas. Não se queixam de trabalhar nas recepções, mas do tempo de prática. O Sr. Evandro do CLS Natal, diz que houve problemas de login. O Presidente Mário fala a ele, que o antigo coordenador, Sr. João, se perdeu, porque assumiu coisas que não eram dele. Começa a apresentação do Relatório de Gestão do 1º Quadrimestre de 2019. O Presidente faz a leitura do Parecer das Comissões de Orçamento e Finanças. Após passa a palavra ao contador da SMS, Clóvis Sá, que faz a apresentação financeira de receitas e despesas da Secretaria. Este começa pela demonstração dos valores dos recursos empreendidos no período. Discriminou os recursos de Receita Corrente, referente à parte municipal, como livres, IPTU, IRRF, ISS, ITBI, fiscalização da Vigilância Sanitária, remuneração financeira, Cotas parte dos FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI, multas e juros de mora da dívida tributária e receitas da dívida tributária, importando no montante de R\$ 54.387.688,06 (40,19%). Da divisão em blocos, dividiu os recursos provenientes do estado em assistência farmacêutica, atenção básica, de média e alta complexidade e vigilância em saúde no valor de R\$ 24.895.518,41 (18,39%). De origem federal a parcimônia se deu em assistência farmacêutica, atenção básica, média e alta complexidade, programa federal de estruturação das UBS em equipamentos e Vigilância em saúde, orçando em R\$ 56.057.680,19 (41,42%). O total de recursos foi de R\$ 135.340.886,66 (100,00%). Em um comparativo com o mesmo período do ano

de 2018, em índices de participação de 21,93% a menos de recursos municipais e redução de (45,64%) em estaduais, e 6,46% de saldos federais. A redução nos saldos de receita, nos três entes federativos, no montante de R\$ 40.047.894,07, significou uma diminuição de 22,84% na receita. No tocante as despesas efetuadas no período, discorreu, diferenciando-as em folha de pagamento, materiais de consumo e distribuição gratuita, credenciados profissionais, hospitais, UPAS, CAPS, SAMU (Viva Remoções e INDSH), vigilância Ostensiva, CIEE, energia elétrica, alugueis, ACADEF, Pró-renal, telecomunicações, FMS, Serviços de Terceiros PJ e despesas de capital orçaram no valor de R\$ 128.088.007,92 e com recursos de ASPs para cobrir no valor de R\$ 811.357,49 restou com despesas de R\$ 127.276.650,43. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve redução da utilização dos recursos para despesas na participação municipal de 22,22% e 44,20% estaduais e aumento de 0,95% nas despesas com recursos federais. 34.906.146,98. Ao analisar percebemos que houve uma redução no aporte de recursos no valor das despesas no valor de R\$ 34.906.146,98 comparando o mesmo período do ano anterior, apresentando um percentual decrescente de 21,52%. Em relação ao orçamento atualizado de 2019, deixa um percentual de aplicação em ações e serviços públicos em saúde de 15,60% do orçado. Terminada a apresentação do Sr. Clóvis, o CM Eduardo expõe as divergências encontradas durante a análise do Relatório de gestão. Diz preocupar-se com a informação de que o Programa Mais Médicos, em Canoas, deve acabar no final do ano, pois não somos mais considerados área com agravo. Discordaram do custo e instabilidade de fornecimento de insumos, cujo valor é alto, além da dificuldade na manutenção das impressoras de cupons e cartões, pedindo ao gestor que busque alternativas. Constataram redução substancial de recursos repassados aos hospitais, ao que o Sr. Clóvis responde que o estado vem transferindo os recursos com atraso e há dívidas nos valores de três milhões e setecentos mil com o HNSG e de dezesseis milhões e trinta e um mil, dos meses de maio e junho, ao HU e duzentos e quarenta mil, referente a abril e sete mil e quinhentos de junho ao HPSC, totalizando R\$ 19.978.500,00. Diz o CM Eduardo se sentir muito desconfortável quando há devolução de valores, devido a não utilização. O contador Clóvis diz que os valores são referente a 2009, o que para a comissão não se justifica e pedirá mais explicações. Reitera o conselheiro Eduardo que foi-lhes prometido que em quinze dias será instalada a Comissão de Análise de Demandas Judiciais. E cobra que mais uma vez houve concessão de itens de marca, como fraldas Bigfral e Turma da Mônica, além de remédios não reconhecidos pela ANVISA e de marca, mesmo que o CNJ instrua que não seja concedido nestas condições. O CM Mário critica o fato e o CM Luiz Ferreira, da OAB, diz que a culpa não é do advogado e nem do juiz e o CM Eduardo salienta que a cobrança do CMS é para a secretaria. O CM Luís diz que isto deveria ser com a PGM e o CM Mário diz que a PGM se isentou da função. Falou o conselheiro Eduardo da discordância da responsabilidade de concessão de alimentos aos doentes da Tisiologia, não sendo contra, mas sim, de que isto seria função da Assistência Social, pelo mesmo motivo que não concordam com o uso do dinheiro da saúde, para compra de ranchos para funcionários. Relata que foi noticiada a transferência da Farmácia Básica da Santos Ferreira para outro endereço na mesma rua. Foi dito pelo diretor anterior que o valor seria inferior, porém constatou-se que o valor é quase o dobro, sendo pago dois imóveis, a partir de fevereiro deste ano. Questionado o fato de que existe troca de prestadores do sistema SAMU. Foi explicado que aconteceu cancelamento, pela justiça, da licitação. Documentação entregue. Verificou-se que estamos pagando totens de divulgação, sem a instalação dos mesmo. Recebemos contrato e pareceres, porém continuamos necessitando de maiores detalhes. Será pedido parecer jurídico. Finalizando sua manifestação, o CM Eduardo reitera que são divergências conceituais que não impedem a aprovação sugerida, tendo em vista que a Comissão não vê, por ora, irregularidades. O Presidente coloca o Relatório Financeiro em votação, que é aprovado por catorze votos favoráveis e nenhum voto contrário ou abstenção. Segue-se a apresentação e conforme fora acordado em reunião anterior, o Relatório Epidemiológico foi analisado através de questionamentos dos conselheiros. Para elucidar, o Relatório apresentou legislação, importância, composição dos indicadores, em sua conceituação interpretação, usos, limitações, fontes e métodos de cálculos. As diretrizes que nortearão as ações serão divididas em vinte e três indicadores municipais e quatro estaduais. A acumulação é feita em periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual. Na taxa de mortalidade prematura de mulheres pelas quatro principais doenças crônicas não transmissíveis houve um aumento no indicador em relação a igual período de 2018. Redução no índice de proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados, ainda estão em prazo de averiguação. A proporção de registro de óbitos com causa básica definida, a meta foi atingida no trimestre. No quatro, das vacinas, será fechado ao final do ano. No cinco, de notificação compulsória, a meta foi atingida, com sete casos notificados. Um de malária e seis de doenças exantemáticas. No seis, casos de cura de hanseníase, nenhum caso notificado no período avaliado. No sete, casos de malária, não se aplica a Canoas. No oito,

números de casos de sífilis congênita, ocorreu queda no valor do indicador em relação ao mesmo período em 2018. Nove, número de casos de AIDS em menores de cinco anos, zero casos apresentados. Dez, análise em amostras de água, manteve-se os mesmos valores. No indicador onze, a razão de exames citopatológicos em mulheres de 25-64 anos e população alvo, os valores se mantiveram. No indicador de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos, Índice discutível, aconteceu queda no valor do indicador em relação ao mesmo período em 2018, Deverá aumentar a oferta de exames de mamografia. O CM Eduardo questiona sobre a mudança através de Portaria do MS que reduziu a idade a partir de quarenta. O servidor Vinicius diz que o cálculo é o já preconizado a alguns anos e que havia uma demanda para defender na conferência nacional. O CM Mário fala que não podemos esquecer de lembrar nossos companheiros que vão para Brasília, para defenderem esta demanda. Indicador treze a proporção de parto normal no SUS e na saúde complementar produziu no valor do indicador em relação ao mesmo período em 2018. Possivelmente a proporção de parto normal se deve ao número de mulheres em gestação de auto risco segundo a classificação de Robson. Nos índices de gravidez de meninas de 10 a 19 anos e taxa de mortalidade houve uma queda no índice. O CM Eduardo questiona sobre a expectativa de aumento, comentada pelo enfermeiro Eloir na última apresentação e se sente satisfeito com as reduções de 9,8, 9,36 e agora, 7,91. Pergunta sobre a tendência mundial e o Sr. Vinicius diz que não sabia. O diretor Pietro diz que deve continuar a reduzir. O CM Mário lembra que o Ministro da Saúde comemorou porque o índice havia baixado de dois dígitos. O CM Luiz Ferreira pergunta qual a origem destas metas e o servidor Vinicius explica que são derivadas de metas históricas. Dezesesseis, número de óbitos maternos, manteve-se o índice anterior. Índices dezessete e dezenove, cobertura das equipes de ESF e de saúde bucal, os índices estão muito próximos, sugestão de manter as ações. No índice de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF), o indicador é medido semestralmente pelo MS. Manteve-se a execução de no mínimo seis ações de vigilância sanitária, atingida. No matricialmente nos CAPS, o índice continua igual e manter as ações realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica em 25% ao ano, a fim de qualificar o atendimento em saúde mental na atenção básica. No vinte e dois, não foi apresentado resultado. Contato com outros municípios e estado para corrigir a forma de cálculo. Vinte e três, preenchimento de ocupação nas notificações de agravos do trabalho, aconteceu um aumento do valor do indicador em comparação com o mesmo período em 2018. Nos indicadores estaduais, começa pelo da tuberculose, atingida. Meta dois, análise em poços artesianos, e na meta três, os valores ficaram iguais. E a meta quatro, notificação de agravos relacionados ao trabalho houve redução, devido a sub notificação no 1º quadrimestre que levam a queda. Finaliza-se a apresentação do servidor Eloir. Colocado em votação a parte do Relatório que trata dos Indicadores SISPACTO Nacional do Relatório de Gestão do 1º Quadrimestre de 2019. Aprovado por unanimidade. O Presidente abre espaço para a senhora Elisabete, do Comitê de Valorização da Vida e Prevenção de Suicídio que convida para Seminário no dia 14/08/2019, na ULBRA, Prédio 14B. As inscrições serão até 09/08/2019. Considera, a servidora, que a participação dos conselheiros municipais e locais, afirmando que não é voltado ao público geral, cuja etapa será aberta em setembro. O CM Luiz pergunta se um amigo seu, ligado a área, pode participar. A Sra. Elisabete responde que o evento é voltado a pessoas ligadas a situação. Dizendo que os conselheiros locais Neidarlan e Zaira estão sempre presentes. O CM Mário reitera a importância do Comitê, pois três pessoas, no mínimo, foram salvas nos últimos tempos. O Presidente informa que a Casa dos Conselhos irá trocar de endereço, indo para a rua Ipiranga. Estão analisando, pois fizemos algumas exigências, entre elas o estacionamento. A servidora Elvira, da UBS Natal, cita a acessibilidade. O CM Eduardo lembra que há alguns dias tentamos fazer uma visita ao Bem Estar Animal, que não pode ser concretizada e se oferece para organizar uma ida ao local. O Presidente concorda. O CM pergunta o número de pessoas e o CM Mário informa que quinze, é o limite. O Presidente Mário pergunta se tem alguém da UBS União. Respondido que não. O Sr. Evandro, coordenador do CLS Natal enviou e-mail solicitando melhorias na unidade, entre as quais a limpeza e a troca da cadeira de dentista que está quebrada. Fala que foi feita inclusive um abaixo assinado. O Presidente Mário diz que de nada vale, pois ele pode ser falsificado, porém já encaminhou as solicitações a secretária de saúde. O Presidente encerra a reunião às 21:21 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada

Mario Antonio Dhein
Presidente do CMS

Eduardo Antonio Favero
Secretário Mesa Diretora